

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Liberal Class.: Amaz./Militares
Data: 20/08/93 Pg.: Calha Norte

142

Pesquisador vê totalitarismo no PCN

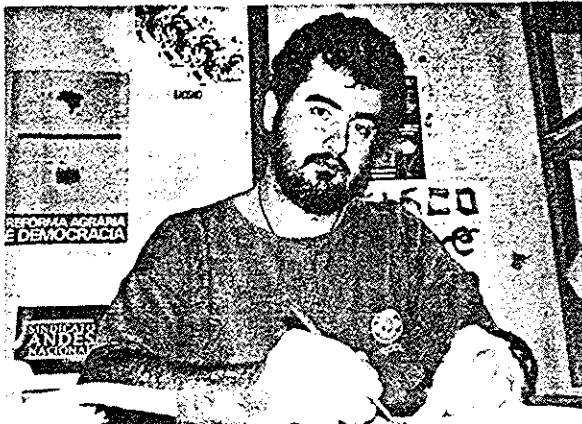
"O Projeto Calha Norte destoa dos demais programas para a Amazônia. É totalitário, centralizado, colonial e preconceituoso"

Ivânia Vieira

O pesquisador Hênio Trindade Barreto Filho, mestre em Antropologia Social, disse, ontem, que o Projeto Calha Norte faz parte de uma "modalidade totalitária, centralizada e colonial de se propor estratégias de desenvolvimento para a Região Amazônica". Trindade, que é professor do Departamento de Ciências Sociais, da Universidade do Amazonas, dedicou parte da sua exposição sobre o tema "Dominação política e cultural", na quarta-feira, à noite, a dois assuntos mais emergentes: os motivos que norteam as decisões do Conselho de Defesa Nacional, anunciadas na última terça-feira e o Projeto Calha Norte, que deve ser reativado a partir da reunião do Conselho.

Hênio Trindade afirma que os projetos e programas governamentais voltados para a Amazônia (Plano de Integração Nacional, PROBOR, Poliamazônia, Programa Grande Carajás, Pólo noroeste...) expressam, mesmo que em momentos distintos da história política e econômica brasileira, os interesses dos pólos hegemônicos e dominantes da economia brasileira e suas articulações com a ordem internacional. "São ações que pretendem atingir o povoamento e a ocupação do interior, através da execução progressiva das formas e dos pequenos tipos da economia de mercado, enfatizando as atividades agroindustriais, preocupando-se com os indicadores de eficiência econômica e ajustamento dos fluxos migratórios, isto é, o controle do deslocamento da população trabalhadora", conceitua.

O Projeto Calha Norte, de acordo com o professor, destoa desse conjunto de planos governamentais, por algumas características específicas, pela sua origem e pela filiação institucional. Foi elaborado por um grupo reduzido, sob a condição de assunto sigiloso, sem conhecimento e participação de outros integrantes do Poder Público. O Congresso Nacional só foi informado da matéria, em comunicação oficial, em outubro de 1987, praticamente dois anos após a sua aprovação e o seu início. A opinião pública só tomou conhecimento da sua existên-



Hênio Trindade, da UA: críticas ao caráter sigiloso do projeto

tência, a partir de outubro de 1986, transcorrido quase um ano da aprovação do projeto e por intermédio de denúncias e críticas feitas, à época, pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Seu ponto de partida, história Hênio Filho, foi uma exposição de motivos, elaborada pelo ex-secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, o General Rubem Baima Deni, que solicitava à Presidência da República a constituição de um grupo de trabalho interministerial. Sua tarefa era "elaborar diretrizes e subsídios à ação governamental na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas, visando superar as grandes dificuldades impostas pelo meio ambiente ao desenvolvimento, promovendo a sua efetiva integração no contexto nacional". Essa exposição passou a se intitular, mais tarde, no relatório "Desenvolvimento e Segurança na Região ao norte dos rios Solimões e Amazonas", aprovado pelo presidente da República, o hoje senador José Sarney, em dezembro de 1985. Marcado duplamente (no alto e em baixo de cada página) com o carimbo confidencial, uma das quatro categorias que identificam a tramitação de papéis na esfera governamental, o Calha Norte incluía-se na lista dos documentos "cujo conhecimento por pessoas não autorizadas pode ser prejudicial aos interesses nacionais ou possa vir a criar importantes embaraços administrati-

vos". As outras categorias são: Ultra-secreto; secreto; e reservado, de acordo com o Decreto nº 7.999/77.

Para o pesquisador, o que assusta é constatar que a prática de administrar por sigilo, que inclui todo um repertório de atos administrativos que entram em vigor sem cumprir qualquer requisito de publicidade, se manteve vigorosa na Nova República e permanece até os dias atuais. "Isso fica claro se nos detivermos ao conteúdo da mensagem do Conselho de Defesa Nacional. Ela nos informa que a compra de equipamentos será feita sem licitação pública e justifica dizendo que o conhecimento público comprometeria o sistema. Ou seja, a prática de administrar no sigilo é uma rotina do nosso cotidiano". Um outro aspecto que chama a atenção do pesquisador, é o fato de o Calha Norte não possuir estrutura rígida nem sistemática de um plano ou de um programa, não institui um grupo ou unidade que atue de modo permanente na sua elaboração ou na sua execução. "Trata-se da formulação de um conjunto de orientações e metas

com as quais devem vir a se compatibilizar todas as iniciativas governamentais voltadas para a região do Calha Norte", define.

Predominância militar — A expressiva participação militar é outro aspecto que o pesquisador ressaltava ao analisar o projeto. Ele diz que na avaliação e acompanhamento do Calha Norte existe uma sólida e poderosa estrutura de assessoria, feita pela Secretaria-geral do Conselho de Defesa Nacional, órgão de assessoramento direto da Presidência da República. Nas prioridades do Calha Norte há predominância dos objetivos militares. Os ministérios militares consumiram 78,2% do total das verbas do PCN. O professor da UA acha que são poucas as justificativas apresentadas, pelo relatório final do grupo de trabalho do Calha Norte, para o aumento da presença militar na área de fronteira. Entre elas estão: a cooperação internacional no combate ao narcotráfico, a existência de comércio de contrabando na fronteira e o caráter rafofeito das demarcações de fronteiras.

O pesquisador cita a Exposição de Motivos nº 018, da Secretaria-geral do então Conselho de Segurança Nacional, como a outra metade da justificativa do PCN. "Nela encontramos referência explícita à repercussão do conflito Leste/Oeste numa zona vizinha à parte norte do território nacional. São o componente ideológico marxista dos movimentos revolucionários do Caribe; a vulnerabilidade da Guiana e do Suriname à influência de Cuba; e a consequente necessidade de rear-

titular e reorganizar o dispositivo existente, o Calha Norte aplicou 75,3% dos seus recursos financeiros em construção e ampliação de quartéis, aeroportos e bases navais, reequipamento das instalações militares e aquisição de barcos para transporte. Na questão indígena, Hênio Trindade diz que o projeto reforça as modalidades tradicionais de ação indigenista, via Funai, tomando a estrutura militar como paradigma à própria ação indigenista. "A tônica é o desconhecimento das necessidades e aspirações dessas populações", critica.

O professor cita, também, as conclusões do Diagnóstico dos Problemas Econômicos e Psicossociais relativos ao atual processo de ocupação da Amazônia, apresentado pela Secretaria-geral do CSN. Nele são avaliados alguns aspectos da região. As perspectivas de uma fronteira agrícola têm avaliação negativa, contrastando com a avaliação positiva do potencial mineral na região. O relatório reconhece a ausência de uma infra-estrutura capaz de viabilizar "iniciativas positivas" para o desenvolvimento econômico; a insipiência dos recursos sociais, abrangendo ações educacionais e sanitárias. Trindade afirma que é evidente uma postura preconceituosa, no texto do Projeto Calha Norte, tanto em relação aos índios, cujo habitat é identificado como perigoso vazio demográfico a ser evitado na faixa de fronteira, quanto à população amazônica ribeirinha e aos imigrantes nordestinos. Sobre estes

é dito: "São seres carentes em busca de novas oportunidades, pouco acrescentando ao já precário nível da grande maioria da população".

"Essa é uma visão estereotipada sobre as populações da Amazônia. É como se essas populações não tivessem capacidade para construir seu projeto político, autônomo e criativo. Tudo passa, então, pelo Estado, como se fosse o grande pai ou o tutor que nos dá as direções políticas e eticamente corretas para a região", define. Hênio Barreto aponta para uma predominância da ideologia de segurança nacional e crítica as "proteções geopolíticas" que são criadas em laboratórios sem a participação e o conhecimento dos setores que vão ser atingidos por essa política e técnicas de mapeação social.

Ações em cadeia — A retomada do PCN revela um projeto bem mais amplo para a Região Amazônica. Em fevereiro de 1991 foi desativado o projeto de lei que prevê a construção da Rodovia Transfronteira, uma extensão superior a 7 mil quilômetros, ligando o Amapá ao Mato Grosso do Sul, num grande pólo que contempla rodovias, ferrovias e hidrovias em toda a área de fronteira. Um outro fato chama atenção. O ex-secretário-geral da Presidência da República do Governo Collor, embaixador Marcos Coimbra, tentou formalizar, através do Aviso nº 745/92, um instrumento legal para que as propostas de demarcação de terras indígenas fossem subordinadas a pareceres prévios do Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM), das Centrais Elétricas do Brasil, da Embrapa e do Estado-Maior das Forças Armadas.

É com tom de ironia que o professor Hênio fala dos efeitos desse aviso, caso tivesse sido consumado. "Só se demarca terra indígena e se garante a sobrevivência cultural e a possibilidade de reprodução social depois de se saber se tem minério, qual o tipo de minério, se dá para construir hidrelétrica, se há uma área apropriada para ocupação agrícola por colonos transferidos de zonas de conflito rural do sul do Brasil, ou, ainda, se há interesses estratégicos das Forças Armadas na região". Hênio desabafa: "O que me espantam são setores, ditos progressistas, apoiarem ações dessa natureza. Respalda a tese de que às populações da Amazônia não cabe decidir e que o poder decisório é competência de um grupo restrito, é algo absurdo".